



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**PAULO RICARDO SANTOS MACÊDO**

**ENTRE OS SIGNOS DA REPÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DO IMPÉRIO:  
TRAJETÓRIA DA CIDADE DE CUITÉ - PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XX**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2022**

PAULO RICARDO SANTOS MACÊDO

**ENTRE OS SIGNOS DA REPÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DO IMPÉRIO:  
TRAJETÓRIA DA CIDADE DE CUITÉ - PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XX**

Trabalho de conclusão de curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Ma. Deise Silva Sousa

**CAMPINA GRANDE - PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141e Macedo, Paulo Ricardo Santos.

Entre os signos da República e a experiência do Império [manuscrito] : trajetória da cidade de Cuité - PB nas primeiras décadas do Século XX / Paulo Ricardo Santos Macedo. - 2022.

37 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Deise Silva Sousa, Departamento de História - CEDUC."

1. Cuité - Paraíba. 2. Modernidade. 3. Cidade. 4. Modernização. I. Título

21. ed. CDD 981.33

PAULO RICARDO SANTOS MACÊDO

**ENTRE OS SIGNOS DA REPÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DO IMPÉRIO:  
TRAJETÓRIA DA CIDADE DE CUITÉ - PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovada em: 15/03/2022.

Nota: 10,00

**BANCA EXAMINADORA**

*Deise Silva Sousa*

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Deise Silva Sousa (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Márcia de Albuquerque Alves*

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Márcia de Albuquerque Alves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Lucian Souza da Silva*

---

Prof. Dr. Lucian Souza da Silva  
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa

*A minha mãe Itamaria, e aos meus avós maternos, Aparecida e Ernesto, maiores incentivadores dos meus estudos, sei que estão orgulhosos.*

*E a vida, essa pura e singular essência, transitória como tudo nesse mundo de sonhos.*

*Dedico.*

*"A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata, [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras" - As Cidades Invisíveis.*

**(ITALO CALVINO, 1972)**

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Vista aérea do atual território da cidade de Cuité, com suas fronteiras administrativas.....	14
Mapa 2 – Detalhe das ruas São Miguel, Juvino Ferreira, José Casemiro Dantas e Pedro Gondim, em Cuité.....	17

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Resquícios do cerco em pedra, que circunda a serra..... 28



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BMA	Biblioteca Maurílio de Almeida
GEGHP	Gabinete de Estudos de Geografia e História de Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
PB	Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>APRESENTANDO A CIDADE DE CUITÉ-PB: ALGUNS ASPECTOS DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Cuité no início do século XX sob o olhar de Coriolano de Medeiros.....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>OS MUNICÍPIOS NO CONTEXTO REPUBLICANO: CONTROLE DOS ESPAÇOS URBANOS COMO SIGNO DE PROGRESSO.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>Cuité nas primeiras décadas da república .....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>RITMOS DE MUDANÇA, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA: COSTUMES E CULTURA NO ENTRE-SÉCULOS.....</b>	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>35</b>
	<b>ANEXO A - MAPA DA GEOMORFOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM DETALHE INDICANDO O MUNICÍPIO DE CUITÉ.....</b>	<b>35</b>
	<b>ANEXO B - MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DA PARAÍBA.....</b>	<b>36</b>

## ENTRE OS SIGNOS DA REPÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DO IMPÉRIO: TRAJETÓRIA DA CIDADE DE CUITÉ - PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Paulo Ricardo Santos Macêdo<sup>1</sup>

### RESUMO

A finalidade do presente artigo é observar as mudanças conjunturais que foram sendo transmitidas do Império para a República, enfatizando elementos que nos parecem chave para o período: a modernidade e o progresso, ingredientes que provocam transformações por todo o território brasileiro, sobretudo dentro dos espaços urbanos, e nas relações de sociabilidades entre os indivíduos, nesse sentido, lançamos luz ao pequeno município de Cuité, na Paraíba, do começo do século XX, para perceber a passagem dessa (in)desejada modernização, conjuntura permitida através das legislações à época, a qual utilizaremos para entender as dinâmicas político-sociais de uma territorialidade, especialmente a partir de signos que são caros para a produção deste artigo, que são: (in)salubridade e higiene, comércio e organização, propriedade privada e regulamentação. Utilizamos os trabalhos de Marques (2013), Medeiros (1950) (1931), Nascimento (2011), Cavalcanti (2019) Moura (1936) Chalhoub (1996), Gomes (2012) e Gomes & Santos (2011) para discorrer sobre os processos de transformação das cidades em uma perspectiva mais abrangente, enfatizando as localidades interioranas que refletiam signos de progresso vistos e desejados aos moldes estrangeiros.

**Palavras-chave:** Cuité-PB; Modernidade; Cidades; Modernização.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to observe the conjunctural changes that were transmitted from the Empire to the Republic, emphasizing elements that seem key to the period: modernity and progress, ingredients that provoke transformations throughout the Brazilian territory, especially within the spaces urban areas, and in the sociability relations between individuals, in this sense, we shed light on the small municipality of Cuité, in Paraíba, at the beginning of the 20th century, to perceive the passage of this (un)desired modernization, a conjuncture allowed through the legislations at the time, which we will use to understand the political-social dynamics of a territoriality, especially from signs that are dear to the production of this article, which are: (un)salubrity and hygiene, commerce and organization, private property and regulation. We use the works of Marques (2013), Medeiros (1950) (1931), Nascimento (2011), Cavalcanti (2019) Moura (1936) Chalhoub (1996), Gomes (2012) and Gomes & Santos (2011) to discuss the processes of transformation of cities in a broader perspective, emphasizing inland localities that reflected signs of progress seen and desired in foreign molds.

**Keywords:** Cuité-PB; Modernity; Cities; Modernization.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.  
Email: macedopaulo500@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A finalidade do presente trabalho é observar e refletir acerca das mudanças conjunturais que foram sendo transmitidas do período imperial para o sistema republicano brasileiro, enfatizando elementos que nos parecem chave para o período analisado: a modernidade, civilidade e o progresso, ingredientes que provocam transformações por todo o território brasileiro, sobretudo em localidades interioranas, a exemplo aqui, Cuité.

Nesse sentido, provocados pelo fervor em contribuir com os estudos historiográficos da municipalidade e seus cenários, buscamos nos debruçar no sabor da produção da história da cidade de Cuité<sup>2</sup>, que no ano de 2022 completa seus 254 anos de fundação (MEDEIROS, 1931, p.28), compostos de longas histórias e vastas memórias individuais e coletivas formadas ao longo das décadas.

Este impulso de fervorosidade, também está relacionado ao amor por essa terra e suas histórias tão marcantes, contadas pela historiografia produzida por nossos pares, e por seus cidadãos que (re)contam inúmeros episódios das vivências no tempo e no espaço do território a partir de suas memórias que, canalizadas pela oralidade, remontam a muito antes do século XX.

Neste contexto de múltiplas narrativas (re)produzidas através do tempo, o município de Cuité-PB, pode ser observado como núcleo administrativo mais ligado ao cotidiano da população desde os primórdios do período republicano<sup>3</sup>. Devendo, portanto, ser analisado a partir da exploração de sua história no que se refere aos aspectos e características plurais de sua trajetória; que por sua vez, entre os séculos XIX e XX, se viu atravessada por continuidades advindas da experiência imperial e um profundo impulso de modernização, característica da instauração do regime republicano no Brasil, que se inaugura no final do século XIX e se estende pela primeira metade do século XX.

Partindo desta observação da coexistência entre continuidades e descontinuidades na experiência cuiteense no início do século XX, é que se define o objetivo desse trabalho de conclusão de curso, que é o de: explorar a dinâmica que envolve a cidade de Cuité no começo do século XX no que se refere a aspectos de modernização dos costumes e das (re)configurações e usos dos espaços urbanos e rurais.

Para este fim, são utilizadas fontes documentais relativas à legislação vigente na época, através das quais, estão perceptíveis os movimentos de continuidade, na medida em que alguns de seus artigos remetem a referenciais da experiência histórica do império; e descontinuidade, que podem ser observados por meio das diferenças estabelecidas para com as formas de pensar esta vivência a partir dos diálogos locais com as tendências europeias. Estas, por sua vez, eram naqueles primeiros momentos republicanos, consideradas como as mais modernizantes e preferíveis quanto aos processos de (re)organização dos contornos das vilas, distritos e municípios, enfatizando elementos de preocupação com marcadores físicos do progresso, seguindo uma tendência que se estendeu pelo Brasil durante o início do século XX.

A leitura destas fontes e o cruzamento dos dados que elas fornecem, com aqueles advindos de outras, de caráter bibliográfico e imagético, permitem a observação dos processos de organização e constituição de uma territorialidade interiorana e fronteira na Paraíba.

---

<sup>2</sup> Localizada na fronteira norte do estado da Paraíba, distante da capital aproximadamente 220 km

<sup>3</sup> Recorte temporal e administrativo abordado ao longo desta investigação.

Pensar a respeito de como se deram as dinâmicas de organização social e territorial em Cuité no contexto das primeiras décadas do regime republicano no Brasil, nos permitiu examinar como os espaços foram atingidos pelas ideias e práticas de civilidade e modernização, através de intervenções que deixam transparecer diversos objetivos como: a promoção da salubridade, da segurança e da ordem pública, em uma tentativa de superação daquilo que foi alcançado ao longo do império nesses quesitos.

Além da utilização de fontes majoritariamente advindas da administração pública, em diálogo com outras tipologias documentais, utiliza-se também nossos argumentos sobre narrativas já validadas pela comunidade acadêmica, dialogando com elas sempre que necessário.

De modo que os autores que nos forneceram uma apresentação geral da cidade, foram: Coriolano de Medeiros, que em seu *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* (1950, 2016<sup>4</sup>) e no periódico *Gabinete de Estudos de Geografia e História de Paraíba* (1931)<sup>5</sup>, aborda respectivamente as temáticas de uma descrição dos aspectos geográficos, históricos econômicos de Cuité, e do surgimento deste lugar enquanto territorialidade em documentação oficial ainda no século XVIII; Valesca Marques Cavalcanti, que em sua tese intitulada *Família, política e propriedade fundiária: os dilemas da herança entre membros da elite no município de Cuité (PB)* (2019), aborda “as trajetórias das famílias de elite no município [...] num contexto marcado por transformações sociais e fundiárias, problematizando a relação entre poder político e grande propriedade”<sup>6</sup> entre os séculos XIX e XXI; e, Maria José dos Santos Nascimento, que parte do ponto de vista geográfico em *A dinâmica socioespacial da feira de Cuité/PB* (2011), para pensar um dos espaços mais importantes da cidade a partir de sua dinâmica socioespacial no recorte que vai de 1925 a 2011, passando por suas modificações estruturais e pelos múltiplos usos que lhe foram atribuídos (que vai de lugar de troca de mercadorias à lugar de festas e celebrações).

Dialogamos também com autores que abordam temáticas que se aproximam daquela que ocupa este texto, a exemplo do trabalho de Jordan Queiroz Gomes, *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense: entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)* (2012), que analisou os registros de experiência da cidade de Aroeiras num período que ele descreve como sendo de “considerável número de mudanças sentidas e experimentadas por muitos de seus antigos habitantes<sup>7</sup>”. Em seu texto, entre outras coisas, são confrontados os discursos que advogam por uma cidade limpa e moderna como justificativa para as modificações urbanas que trariam avanço a um espaço desconfigurado e atrasado, “em meio à mata e cercada de práticas e hábitos rurais<sup>8</sup>”.

Este autor também pensa a respeito das sociabilidades na cidade de Aroeiras do início do século XX, discorrendo sobre aspectos que gravitam em torno de episódios de celebrações, que figuram através de memórias coletivas, servindo

<sup>4</sup> Utilizamos uma edição fac-similar disponibilizada em 2016 pela Editora do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Disponível em: [http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/10#:~:text=O%20Dicion%C3%A1rio%20Corogr%C3%A1fico%20foi%2C%20pois,publicado%20por%20Coriolano%20de%20Medeiros.&text=Ali%20ele%20relaciona%20dezoito%20pessoas,um%20esfor%C3%A7o%20extenuante%20do%20autor\\_](http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/10#:~:text=O%20Dicion%C3%A1rio%20Corogr%C3%A1fico%20foi%2C%20pois,publicado%20por%20Coriolano%20de%20Medeiros.&text=Ali%20ele%20relaciona%20dezoito%20pessoas,um%20esfor%C3%A7o%20extenuante%20do%20autor_). Acesso em: 10 de jan. de 2022.

<sup>5</sup> Pertencente ao acervo da Hemeroteca da Biblioteca Maurílio de Almeida (BMA).

<sup>6</sup> Trecho retirado do resumo da tese da autora, portanto, sem paginação.

<sup>7</sup> Trecho retirado do resumo da dissertação do autor, portanto, sem paginação.

<sup>8</sup> *Idem*

como elementos de manutenção de determinadas narrativas fundadoras, validadas ao longo do tempo, através das quais se reafirmam os papéis socialmente atribuídos na dinâmica social.

Neste ponto, observarmos que as narrativas fundadoras das identidades municipais não são desinteressadas, elas fazem parte de projetos de poder que se adaptam às distintas realidades. Além disso, ao longo de nossa análise, percebemos também aspectos que indicam a presença destas narrativas na constituição socioespacial de Cuité-PB, e as questionamos quanto ao seu alinhamento para com os grupos de indivíduos interessados na instauração dos signos republicanos no espaço urbano, como formas de manutenção de seus lugares de poder.

Esse trabalho se enquadra dentro de um debate que envolve conceitos de *modernização*, *experiência* e *modernidade*, importantes ingredientes constituidores de transformações políticas, econômicas e sociais que reconfiguraram a dinâmica organizacional das cidades, municípios, distritos e povoações dentro do território brasileiro, são signos e elementos do progresso que datam do fim do período imperial e que se estendem ao longo do início do sistema republicano no Brasil, sendo assim, sobre o fenômeno da modernidade Ruben George Oliven, em artigo intitulado *Cultura e Modernidade no Brasil* (2001) discorre:

O tema da modernidade é uma constante no Brasil e tem ocupado a intelectualidade em diferentes épocas. Trata-se de saber como estão os brasileiros em relação ao “mundo adiantado”: primeiro a Europa e, mais tarde, os Estados Unidos. No Brasil, a modernidade, freqüentemente, é vista como algo que vem de fora e que deve ou ser admirado e adotado, ou, ao contrário, considerado com cautela tanto pelas elites como pelo povo. (OLIVEN, 2001, p.1)

Perceberemos, então, que a constituição da ideia de um progresso e seus grandes projetos de intervenção nos espaços e nos costumes são vistos como bastante (in)desejados por diferentes camadas da população, já que observamos, no decorrer da história do Brasil momentos de repúdio coletivo a essa modernização, que partem tanto das camadas mais pobres, como das mais abastadas; desencadeando movimentos de insubordinação, revoltas e agitações, bem como estratégias de manutenção das bases conservadoras sob um discurso modernizador. As resistências aconteceram diante de medidas que alteraram significativamente as instituições, as relações, as dinâmicas de convívio e os espaços.

Desse modo, a cidade que se problematizava naquele contexto do séc. XIX encerrava em si uma série de práticas e intervenções técnicas que pretendiam resolver os problemas da desordem urbana, como a sujeira, pestes, ou das subversões possíveis, imaginárias ou verdadeiras, fruto do processo de “civilidade” pela qual passava a Europa naquele momento. (GOMES & SANTOS, 2011, p.20)

Já pelos setores mais abastados, esses signos de transformação que datam da transição dos séculos XIX e XX são tidos como necessários, com a intenção de aproximar o Brasil de uma civilidade espelhada à Europa, ao mesmo tempo em que garantem a manutenção dos lugares de prestígio e do exercício do poder a partir dos quais as elites se organizam e ocupam desde muito tempo. Projetando assim uma ruptura em relação a antigos moldes sociais considerados como sinônimos de

barbárie, ao mesmo tempo em que se mantêm aqueles elementos necessários à manutenção das diferenças sociais, são os chamados tempos modernos daquele século:

[...] os tempos modernos se expandiram com as cidades, nelas arquitetaram seus grandes projetos, acreditaram que poderiam ser livres como nunca, conviveram com as invenções modernas e seus deslumbramentos”. Nesse contexto “as novidades que iam ganhando os espaços das cidades deixavam, muitas vezes, os homens tontos, insones. (GOMES, 2012, p. 20 *apud* REZENDE, 1997, p. 21)

Essa modernidade pretendida, tem como ideia central se debruçar sobre as dinâmicas socioespaciais no município de Cuité do entre séculos, exercício feito através da análise de uma legislação que tem por necessidade imputar uma alteração dos costumes e comportamentos no espaço habitado, inserindo o ideal de civilidade e modernidade desejada.

No caso de Cuité essa modernidade transparece na legislação, que é indício de uma transição entre o império à república que evidencia um empenho pela continuidade das medidas civilizacionais, higienistas de progresso e modernidade no Brasil.

Desse modo, esse trabalho divide-se em três itens, sendo eles: o item 2, intitulado *Apresentando a cidade de Cuité-PB: alguns aspectos de sua formação histórica e social*, no qual apresentamos elementos da história da cidade de Cuité através do diálogo com a historiografia local; o item 3, intitulado *Os municípios no contexto republicano: controle dos espaços urbanos como signo de progresso*, no qual analisamos a legislação municipal que incidiu sobre Cuité nas primeiras décadas do século XX em sua relação com a experiência imperial e com as perspectivas republicanas; e, o item 4, *Ritmos de mudança, resistência e permanência: costumes e cultura no entre-séculos*, no qual elaboramos algumas considerações a respeito da experiência desta cidade interiorana e fronteiriça no recorte temporal do entre-séculos, como ponto de partida para uma possível ampliação das análises deste período de transição na Paraíba.

## 2 APRESENTANDO A CIDADE DE CUITÉ-PB: ALGUNS ASPECTOS DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

Cuité é uma cidade interiorana localizada na região do Curimataú<sup>9</sup> paraibano, em um contraforte do planalto da Borborema<sup>10</sup> (vide anexo A), situada na divisa com o estado do Rio Grande do Norte. Possui uma área territorial de 733,818 km<sup>2</sup>, e sua população é estimada em 20.331 mil pessoas, com uma densidade demográfica de 26,93 hab/km<sup>2</sup><sup>11</sup>.

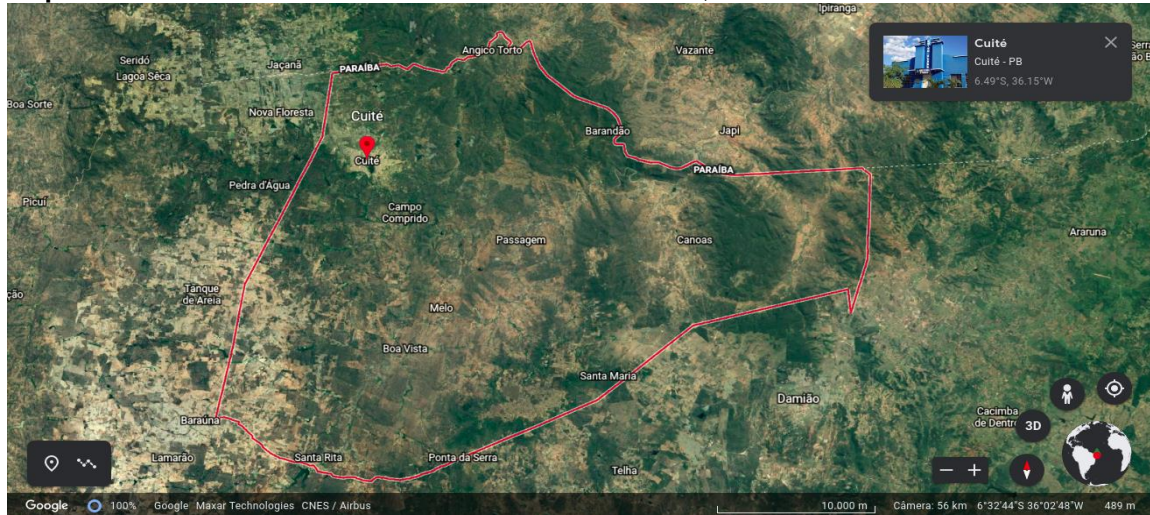
<sup>9</sup> Trata-se de uma microrregião localizada dentro da mesorregião do Agreste Paraibano, ambas criadas pelo IBGE. A vigência dessa divisão foi substituída em 2017 por uma divisão em regiões geográficas *intermediárias* e *imediatas*, dentre as quais, a cidade de Cuité faz parte respectivamente: da região de Campina Grande e de Cuité-Nova Floresta. Aqui, utilizamos a antiga divisão por ter se tornado um referencial local. Fonte: IBGE. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/#/home](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home) Acesso em: fev. 2022.

<sup>10</sup> Antônio Carlos de Barros Corrêa (*et al*), o define como o “principal unidade de relevo do setor oriental do Nordeste brasileiro” (2010, p.36) e completam: “O Planalto da Borborema corresponde ao conjunto de terras altas contínuas que se distribuem ao longo da fachada do Nordeste oriental do Brasil, ao norte do rio São Francisco” (*idem*)

<sup>11</sup> Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: fev. 2022

Pertencente a uma área fronteiriça, na divisa com o estado do Rio Grande do Norte, o perímetro urbano de Cuité fica a apenas 11 km de distância da fronteira norte, atrás somente da cidade de Nova Floresta, município vizinho que fica a 3,4 km de distância da mesma fronteira, como é possível observar no mapa 01.

**Mapa 01:** Vista aérea do atual território da cidade de Cuité, com suas fronteiras administrativas



Fonte: Google Earth. Acesso em 1 de fev. de 2022

Crisólito da Silva Marques (2013) apresenta alguns dos limites territoriais do município, a partir de elementos como domínios hídricos (vide anexo B) e propriedades rurais, expondo o panorama das terras que fazem parte da atual Cuité. Essa descrição se faz necessária para que possamos entender sua extensão, características geográficas e recursos naturais que, por sua vez, aparecem como objetos de legislação especificamente trabalhada adiante neste texto. Segundo o referido autor:

O município de Cuité encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Jacu. Os principais cursos d'água são: os rios Jacu, Japi, Pinta Cachorro, Campo Comprido, do Trapiá e Bonsucesso, além dos riachos das seguintes regiões: Tamanduá, União, Maribondo, Gama, Cachoeira, Barandão, Alegre, Serra do Negro, Cachorro, Grossos, Fechado, Tanque de Areia, Fortuna, Saco de Areia, Recanto, da Cachoeirinha, Caiçara, Santa Rita e dos Cavalos. (MARQUES, 2013, p. 14)

O município situado a aproximadamente 158 km da capital do estado, João Pessoa, tem sua origem oficialmente datada em 28 de dezembro de 1704, quando da concessão de terras feita pelo Capitão-Mor Fernando de Barros e Vasconcelos, mediante requerimento feito por Francisco de Távora (primeiro Conde de Alvor), através de seu procurador. (TAVARES, 1989, p.54)

No documento, o Conde afirma ter descoberto as terras que mediam 3 léguas quadradas<sup>12</sup> (aprox 157 km<sup>2</sup>) e instalado nelas, uma fazenda para a criação do gado que já possuía (*idem, ibidem*). A respeito disso, Santos (2016, p.470), argumenta:

durante a época da concessão das sesmarias, Francisco de Távora atuava como Governador das Armas da província de

<sup>12</sup> Fonte: Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PB%200043> Acesso em: 10 dez. 2021.



Traz os Montes, em Portugal, Não obstante, concomitantemente o suplicante alegava nas cartas de sesmaria ser morador da capitania da Paraíba.

O Conde recebera ainda sete concessões além da de Cuité, sendo quatro no sertão das Piranhas (em 1703, 1704 e 1706), uma na serra do Araripe (em 1705), uma no rio Jaguaribe (em 1706), e uma em Apodi (provavelmente em 1706). Possuindo ainda dois engenhos<sup>13</sup>.

Voltando a Cuité; em 1931, Coriolano de Medeiros, publicou no número 2 de seu periódico *Gabinete de Estudos de Geografia e História de Paraíba*, uma transcrição paleográfica relativa à Freguesia de Cuité, datada de 17 de julho de 1768, segundo a qual, trata-se de uma:

Escreitura de doação para patrimonio que fazem o Capitão-mor, digo fazem o **Tent. Cel. Caetano Dantas Correa e m.<sup>er</sup> D. Josefa de Ar.<sup>o</sup> Per.<sup>a</sup>** de meya legoa de terra na serra chamada do Coyté da freg.a da Senhora Sant'Anna do Seridó para a Capella que na dita serra pretendem erigir com a invocação Nossa Senhora das Mercês. (GEGHP, 1931, nº2, p.28, **grifo nosso**)

Caetano Dantas Corrêa e sua esposa, Josefa de Araújo Pereira, por sua vez, figuram neste documento como promotores do trânsito entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, tendo em vista que seus domínios tinham esta característica fronteiriça. Além de, assim como o Conde de Alvor, pertencer à camada abastada da população, exercendo seu poder a nível local dos dois lados da fronteira, neste caso, sendo ele residente no território que lhes pertencia.

A respeito do poder local e articulações familiares do casal, Dantas (2005, p. 37), afirma:

[...] **filho de José Dantas Corrêa** e Isabel da Rocha Meireles, ela paraibana e ele português, **Senhor do engenho “Fragoso”, nas proximidades do Recife**. De lá mudou-se para **Acarí [RN]**, instalando-se definitivamente em 1752 uma fazenda de criação de gado em Picos de Cima. **Caetano fundou a cidade de Carnaúba dos Dantas** e casou-se em 1753 com a filha de **Tomaz de Araújo Pereira**, Josefa de Araújo Pereira. (**grifo nosso**).

Sabe-se do poder financeiro e político dos senhores de engenho pernambucanos no século XVIII, e no caso de José Dantas Corrêa, parte de sua prole se espalhou pelos sertões em busca de outros domínios. Seu filho, Caetano Dantas Corrêa, além de possuir a patente de Tenente Coronel (marcador de sua autoridade aonde quer que fosse nos territórios da coroa portuguesa) casou-se com a filha de outro indivíduo cuja patente e poder local vieram lhes garantir o prestígio que adquirira ao fundar a cidade de Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte, já distante da litorânea Recife.

Carnaúba dos Dantas, por sua vez, está distante de Cuité, aproximadamente 70 km, o que nos dá a dimensão do território sob os domínios de Caetano Dantas Corrêa. Tendo em vista que ele e sua esposa, Josefa de Araújo Pereira, são os doadores das terras onde foi construída a capela de Nossa Senhora das Mercês, atualmente igreja matriz e um dos marcos fundadores da cidade.

---

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*

Outro destes marcos diz respeito à narrativa construída sobre a escolha do nome do município. De acordo com o Padre Luiz Santiago de Moura<sup>14</sup>, ele tem origens indígenas, remetendo à palavra e ao utensílio por ela designado: *cuia*, produzida a partir de cabaças<sup>15</sup>, que eram utilizadas pelos grupos indígenas, primeiros habitantes da região. De acordo com ele: “A palavra “Cuité” é indígena, significando cuia, vasilha, gamela, cocho, vaso. Compõe-se de dois elementos: “*cu*” e “*eté*”. “*cu*” vasilha e “*eté*” grande, real e também ilustre”. (MOURA, 1937, p.3)

Já no começo do século XX, a Serra do Cuité tornou-se distrito de Picuí, e teve sua comarca transferida para lá em virtude de rivalidades e disputas de poder que, de acordo com Cavalcanti (2019), ocorrem entre membros das famílias mais abastadas da região. Entre o final do século XIX e início do século XX.

O padre Santiago (1937) afirma também que a povoação ganhou um Distrito de Paz através da lei nº15 em outubro de 1827; um termo judiciário, criado pela lei nº4 de 27 de maio de 1854; e, uma comarca, pela lei nº480 de 25 de junho de 1872.

Sendo assim, a administração republicana realocou os centros de poder, aos quais a localidade esteve vinculada, algumas vezes. De modo que, a partir de 1904 a comarca de Cuité foi transferida para o município de “*Picuhy*” (Picuí).

Somente em 1936 é que a localidade se desmembra de “*Picuhy*”, sendo elevada à categoria de município, sob o nome de *Serra de Cuité*, que remonta, como dito anteriormente aos primeiros momentos do reconhecimento de sua existência pela coroa portuguesa.

Contudo, se um dia estas terras foram caracterizadas pela produção de cuias a ponto disso se tornar um referencial nominal para o lugar, sua economia mudou ao longo do tempo, passando pela pecuária e pela produção do sisal. Atualmente a economia da cidade gira em torno da agricultura, fruticultura e da pecuária, movidos principalmente pela flexibilidade da mercantilização local.

Sua feira livre recebe, comporta e movimenta abundantemente comerciantes e produtos de cidades e regiões circunvizinhas, que trazem seus produtos para serem comercializados semanalmente (as segundas) no encontro das ruas: São Miguel, Juvino Ferreira, José Casemiro Dantas e Pedro Gondim; lugar conhecido por Arraial da Serra, representado em detalhe no mapa 02.

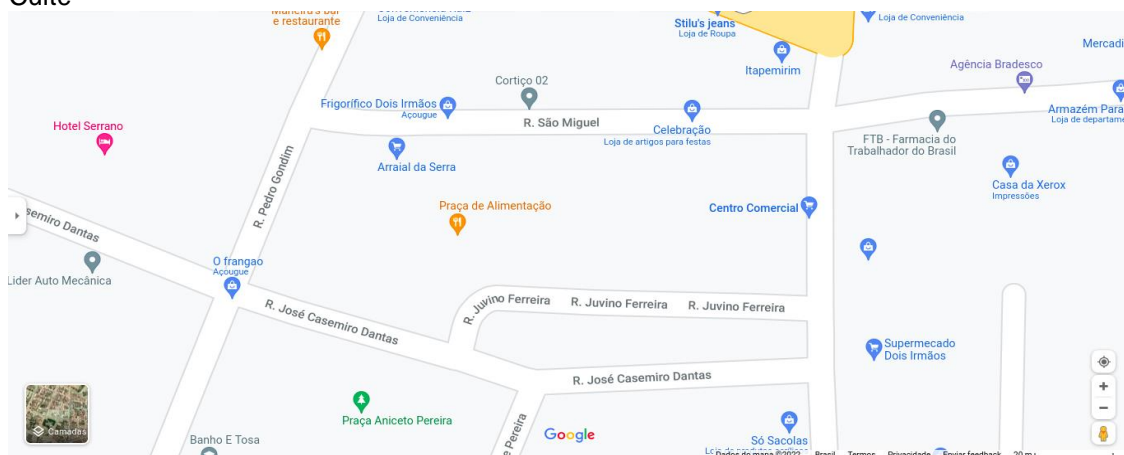
Note-se que se trata de um quarteirão inteiro dedicado à prática do comércio popular através da feira de rua, característica marcante da experiência histórica do Estado da Paraíba.

---

<sup>14</sup> O padre Santiago exerceu o sacerdócio na paróquia da cidade de Cuité entre os anos de 1929 e 1941, transformando-se, nesse espaço de tempo, em poderosa figura local. Além do ofício religioso, ele é considerado um grande estudioso no que se refere a cultura, fé e tradições desta territorialidade. Sendo autor do livro *Serra de Cuité: Sua história, Seus progressos, Suas possibilidades* (1937).

<sup>15</sup> De acordo com o dicionário *Oxford Languages* (2022), entre outras coisas a palavra refere-se a: “design. comum a plantas da fam. das cucurbitáceas e a uma da fam. das bignoniáceas, cujas cascas dos frutos, muito duras, são utilizadas no fabrico de diferentes objetos” (s/p) Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 10 fev. 2022

**Mapa 02:** Detalhe das ruas São Miguel, Juvino Ferreira, José Casemiro Dantas e Pedro Gondim, em Cuité



Fonte: Google Maps. Acesso em: 1 fev. 2022

A respeito dos aspectos espaciais da ocupação da feira na cidade, Nascimento (2011) destaca que:

[...] a localização da feira é decorrente do fluxo de pessoas que transitam na área central, já que o centro da cidade se destaca pela presença de lojas comerciais, da sede do poder administrativo e, ainda, dos bancos. **Essa espacialização dos comerciantes informais sejam pontos fixos ou temporários (re)organiza a dinâmica dos espaços na área central**, que devido a esses são adaptados, com a diminuição dos espaços para livre circulação e a criação de espaços que já se tornaram pontos tradicionais e simbólicos de compras para a população cuitense (*idem, ibidem, p.27*) **negrito nosso**

De modo que o aspecto vívido e dinâmico da feira de Cuité se mantém através do tempo. Marcando a paisagem urbana com sua mobilidade e sazonalidade características, mobilizando novos espaços para a prática tradicional.

Paralelamente, a implantação do campus da UFCG no ano de 2006 impulsionou na cidade uma mudança nas dinâmicas e relações de ocupação dos espaços urbanos da mesma forma em que alavancou os deslocamentos de estudantes oriundos de outras cidades, aquecendo e alterando a ação social de expansão da urbe.

Entre significantes e significados a cidade de Cuité, compreende em suas dinâmicas de mercantilização e expansão urbana o aspecto social. Por isso, evidenciamos entre suas características, o papel das celebrações para o fomento das relações de sociabilidade, sobretudo aquelas ligadas aos festejos religiosos, que remontam ao século XVIII, fortemente atrelados ao catolicismo, fé popular sobre a qual acontece a formação de tradições, que por sua vez, remontam a construção da primeira capela em devoção a Nossa Senhora das Mercês, padroeira da cidade.

A respeito deste elemento da formação social de Cuité, o padre Santiago elabora uma narrativa que vincula catolicismo apostólico romano, festejos populares e tradição familiar, ao afirmar que:

Aos 31 de outubro de 1784, Caetano Dantas Correia, requereu a data da Lagôa do Cuité e procurando povoá-la, começou por edificar a capela de N. S. das Mercês, onde

com seu irmão Simplício Dantas Correia promoveu animadíssimas festas. (MOURA, 1937, p. 4)

Em Cuité a celebração da festa da padroeira se conserva através do tempo desde a construção da capela, tornando-se marca fortalecedora da identidade do povo cuiteense. Nesse momento sazonal, a interação popular em prol do festejo aflora e é essa interação que produz o engajamento necessário à construção e fortalecimento de laços de sociabilidade.

Marques (2013) advoga que o envolvimento do conjunto populacional nessa situação é justamente o que cria e reforça os elos de pertencimento, através do compartilhamento de um sentimento mútuo de dedicação à organização de uma celebração comunitária dentro do espaço urbano.

Além disso, “A festa da padroeira remonta de longas datas, e, geralmente, atrai centenas de pessoas dos municípios circunvizinhos tanto para a parte profana, como para a parte religiosa”. (MOBRAL, 1985, p. 59) O que amplia o alcance de seu impacto sobre a vida social na região, reforçando laços que atravessam a fronteira entre as cidades vizinhas e entre os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Para aqueles que residem em Cuité, ou mesmo para aqueles que já visitaram a serra, é possível ter essa percepção de proximidade, reforçada pela fácil mobilidade para se deslocar para o estado do Rio Grande do Norte e seus municípios. Essa questão da proximidade fronteiriça favorece principalmente a comunicação mercantil entre os municípios e estimula a economia, visto que muitos paraibanos (cuiteenses) vão fazer comércio e trabalhar em outras atividades nas cidades pertencentes ao Estado vizinho.

Dito isso, tais limites entre Estados são estabelecidos desde muito tempo atrás, e ordenados pelo que Moura (1937) escreve por *Divortium Aquarum*, termo latino utilizado para designar a linha imaginária que separa duas vertentes hidrográficas que partem da mesma serra, ou seja, é uma divisão fronteiriça estabelecida e designada a partir de características geográficas físicas e aspectos hidrográficos, que demarcavam com clareza os domínios territoriais.

Nessa perspectiva fronteiriça, Renato da Silva Dias (2011) aborda a temática do fantástico no interior das dinâmicas de exploração e povoação de terras. Ele investiga essa atividade de constituição da territorialidade, da formação das divisas e fronteiras, sobretudo no que se refere às incursões pelos sertões, para a construção do espaço geográfico e suas zonas de habitação; atribuindo sentido de valor ao simbólico e ao imaginário, captando perspectivas que se constituem como elementos culturais de um povo – elementos do imaginário formados a partir da crença em mitos e lendas de monstros e seres fantásticos, que remetem a Idade Média europeia e que se perpetuam até hoje, exemplificado no caso do folclore popular brasileiro.

“Concomitantemente à construção de suas moradias, esses povoadores iniciavam a ereção de capelinhas, na maioria das vezes rústicas, mas que se tornavam expressão da permanência e organização do espaço”. (DIAS, 2011, p. 292-293).

Para ele, o elemento do medo diz muito a respeito de como as terras sertanejas foram desbravadas, e conseqüentemente, de como se dava a definição de fronteiras e linhas divisórias entre diferentes territórios.

Nesta narrativa, alguns elementos do maravilhoso se mesclam também à presença indígena e as crenças religiosas que, conseqüentemente, se confundem nas disputas por terras. De acordo com o autor:

“Esse temor ao fantástico também pode ser explicado como componente do imaginário religioso, que já se fazia presente desde os momentos iniciais da ocupação dos sertões interiores”. (DIAS, 2011, p. 292).

Entre os aspectos citados estão outros tantos ainda abertos à exploração historiográfica. Evidenciamos aqui, diferentes perspectivas relativas à constituição de uma territorialidade fronteiriça e das manifestações históricas e sociais as quais a cidade de Cuité passou desde a doação das primeiras terras, refletindo a respeito de algumas questões relacionadas às narrativas que caracterizam os primeiros momentos e parte da trajetória da localidade. A partir de agora, para adentrar ainda mais em seu espaço urbano, pensaremos a cidade através de suas dinâmicas organizacionais a partir da leitura que Coriolano de Medeiros faz a respeito da urbe e da população na primeira metade do século XX.

## 2.1 CUITÉ NO INÍCIO DO SÉCULO XX SOB O OLHAR DE CORIOLANO DE MEDEIROS

Coriolano de Medeiros foi um estudioso cuja colaboração em diversos órgãos de pesquisa e imprensa da Paraíba representou importantes avanços nos estudos de história e memória local, ao publicar documentação histórica transcrita por ele através da paleografia e compartilhar estudos a respeito de aspectos geográficos e mesmo arqueológicos das diferentes regiões do Estado.

Publicou a primeira edição de seu *Dicionário Corográfico* em meados de 1914, produção bibliográfica através da qual é possível entrar em contato com um apanhado geral de descrições históricas, sociais e geográficas. Nele, encontramos dados sobre limites e fronteiras territoriais, dinâmicas de ocupação e organização de municípios do Estado da Paraíba.

Na segunda edição do seu *Dicionário*, produzida trinta anos depois da primeira, o município de Cuité é incluído entre os mapeados pelo autor, em 1944. Nesse novo apanhado de dados, ele abordou aspectos como: festejos, economia, educação, divisas limítrofes, rios, bacias hidrográficas, fauna, flora, clima, etnografia, transportes, e breves elementos que descrevem a cidade como um todo.

Coriolano apresenta Cuité através de um itinerário amplo e diversificado ao qual é possível observarmos um panorama organizacional das diferentes atividades realizadas na localidade durante a vigência de seu estudo. Para exemplificar tal afirmação abordaremos alguns desses elementos que dizem respeito a essas dinâmicas gerais.

Quando da apresentação de questões relativas à educação no município, Coriolano discorre que:

No município se pratica somente a instrução primária, mantida pelo Estado, para a qual contribui o município, como todos os outros com dez por cento de sua receita. Estão as aulas a cargo de 9 professores, distribuídos por 9 escolas que, em 1942, matricularam 406 alunos, tendo 235 de freqüência média. (MEDEIROS, 1950, p. 84-85).

É possível assim pensar, através da apresentação desses dados quantitativos referentes ao ano de 1942, que o número de alunos e alunas que tinham acesso às primeiras letras era bastante destoante, principalmente quando nos remetemos a uma localidade interiorana do Estado, onde questões relativas à alfabetização eram mínimas, precárias.

Pensamos então a questão educacional aplicada ao item “escolas”, do verbete, através do qual Coriolano enfatiza este aspecto da cidade no referido contexto, no qual o número significativo de instituições escolares se distânciava da realidade de escolarização local, já que segundo ele, existiam 9 escolas sobretudo nas zonas rurais.

Perspectiva que podemos inserir aqui é a de Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes e Juliana Aparecida Lemos Lacet, autores da obra *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida* (2021), no qual realizam um trabalho biográfico sobre a vida de Maria Camélia Pessoa da Costa, “educadora cuitense e personagem que se notabilizou na memória de muitas gerações” (p. 18), a respeito da educação nesse contexto eles dizem:

é importante mais uma vez ressaltar que, antes do advento das instituições escolares, prevaleciam as escolas isoladas e multiseriadas, muito comuns nas pequenas cidades e que perdurariam ainda por muito tempo (*ibidem*. p. 40).

forma de ensino que acontecia, em geral, dentro das residências dos poucos educadores presentes no município.

A respeito da criação de espaços escolares em Cuité, é importante pontuar que o ano de 1942 foi o marco de institucionalização do Grupo Escolar Vidal de Negreiros no perímetro urbano da cidade, que desempenha papel fundamental para a alfabetização de muitos cuitenses até os dias de hoje.

Dentro dessa narrativa de forte evasão educacional para as primeiras letras nesse contexto, é importante enfatizar que o ambiente era marcado por uma predominância de pessoas pobres e de baixa renda que precisavam trabalhar ao invés de estudar, para que tirassem seu sustento; essa questão é um elemento que envolvia todo o núcleo familiar em torno do trabalho, entendendo que é um tempo marcado predominantemente por dificuldades e desigualdades para as classes trabalhadoras.

Seguindo a narrativa da obra de Coriolano sobre a descrição geral da cidade a partir da publicação de seu *Dicionário*, é possível identificar informações relativas aos ambientes de trabalho fabril que empregavam uma quantidade abundante de indivíduos em funções remuneradas, que por sua vez contribuíam para o sustento da economia local dentro de um contexto predominantemente rural.

Segundo o autor, mesmo no trabalho do campo, já eram empregados alguns elementos que indicam a modernização dos processos produtivos convivendo com o que ele chama de “velhos métodos”, tal como o expressa:

Fazendas agrícolas e pastoris – conta o município centenas de fazendas agrícolas e pastoris, em maioria seguindo velhos métodos. Vários proprietários estão empregando orientação moderna, não somente relativa aos seus rebanhos como aos seus campos de cultura (MEDEIROS, 1950, p. 84).

Observemos que em um contexto de relações econômicas marcadas pela forte atividade rural era comum a abundância de propriedades produtoras –

agricultura e pecuária – sejam elas de grande ou pequena extensão, as quais determinavam não só o sustento familiar nos casos de pequenos proprietários de terras e trabalhadores, mas enfatizavam também as diferenças entre as classes sociais.

Valesca Marques Cavalcanti (2019), em sua tese de doutorado atribui que a questão fundiária em Cuité define elites que se constituíam por proprietárias de grandes extensões de terras que detinham o domínio político e econômico de boa parte da localidade, desenvolvendo atividades que empregavam uma parcela da população menos abastada.

Em contrapartida, Coriolano de Medeiros, quando da descrição de elementos que dizem respeito à comercialização de produtos, também apresenta dados a respeito do pequeno movimento fabril da cidade, qualificando esta atividade como um dos potenciais da cidade para o futuro:

Industria – a indústria fabril no município é **incipiente, mas promissora**, consistindo no preparo de fibras de agave e crauá. Para o beneficiamento do algodão funcionam dez maquinismos. [...] em 1941 **exportou** o município 600.000 kg de algodão em pluma; 240.000 sacos de 60kg de farinha de mandioca. (MEDEIROS, 1950, p. 84) **negrito nosso**

Nessa perspectiva, podemos atentar que além do trabalho que se realizava no campo, é necessário refletir sobre as atividades fabris caracterizadas como “promissoras”, tendo como indicativo disso o potencial de comercialização com base em dados relativos à “exportação” registrada em 1941.

A respeito destas atividades, identificamos questões que são relativas ao trato e beneficiamento de produtos agrícolas, que por sua vez, se ligam diretamente às atividades desenvolvidas no campo, anteriormente apresentadas pelo autor.

Cuité naquele contexto contava com um tímido amontoado de máquinas que seriam utilizadas no refinamento da matéria prima extraída a partir das atividades no campo. Ramilton Marinho Costa, quando da escrita de sua dissertação de mestrado em Sociologia intitulada *O Capa Verde: transformações econômicas e interesses de classes no Curimataú paraibano* (1989) onde tem por objetivo “repensar as transformações econômicas ocorridas [...] com a implantação e desenvolvimento da agricultura sisaleira, através do processo de segmentação dos trabalhadores” (s/p) argumenta que: “o algodão conseguiu aumentar o povoamento da região e, apesar das mudanças socio-econômicas que provocou, fortaleceu e aumentou os pequenos estabelecimentos agrícolas e manteve um grande número de trabalhadores ligados às fazendas”, completando com a constatação de que: “Outra atividade que desenvolveu-se paralela ao algodão foi a da mandioca. [...] a cultura da mandioca demandava muita mão-de-obra, principalmente na parte da colheita e beneficiamento”.

Pensando assim, entendemos que a cidade contava com um aparato produtivo que gerava empregos e renda ao mesmo tempo em que abastecia a região com gêneros de consumo imediato, como a mandioca. Numa realidade de aparente transição entre formas tradicionais e modernizadas de produção e consumo local, ao mesmo tempo em que participava da dinâmica global de produção, através da cultura do algodão.

### 3 OS MUNICÍPIOS NO CONTEXTO REPUBLICANO: CONTROLE DOS ESPAÇOS URBANOS COMO SIGNO DE PROGRESSO

O cenário de decadência estrutural do regime imperial para a instauração do sistema republicano no Brasil implica, em tese, em uma significativa alteração nas formas administrativas na máquina governamental, que passam por alterações de caráter, e ordem constitucional e republicana.

Obedecendo a uma constituição que tinha por preceito determinar os meios pelos quais as unidades administrativas iriam se articular no território, os municípios, a partir de então, seriam regidos por leis orgânicas observando os princípios estabelecidos pela constituição promulgada em 1891; sobre essa dinâmica administrativa e a caracterização de município para a primeira república; Barroso (1993); e Meirelles (1990) atribuem:

A nova ordem, inspirada no figurino norte-americano institucionalizou-se na constituição de 24 de fevereiro de 1891, que operou a tríplice transformação: a forma de governo, de parlamentar transformou-se em presidencial; a forma de Estado, de unitária converte-se em federal. (BARROSO, 2006, p. 13).

Coerente com esse princípio federativo, a Constituição da República determinou que os Estados se organizassem “de forma a assegurar a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (art. 68). Com tal liberdade, as Constituições Estaduais modelaram seus Municípios, com maior ou menor amplitude na administração, em termos que lhes asseguravam a autonomia pregada pela Lei Magna. (MEIRELLES, 1990, p. 39).

Nesse sentido, em tese, os elementos que caracterizariam os municípios a partir da promulgação da constituinte de 1891 implicam em uma autonomia local maior das localidades, porém, essa autossuficiência se revela em uma narrativa mais ligada ao simbólico do que a uma concretude alcançada, visto que essas possibilidades ficam só no plano legal do ideário republicano, como discorre Meirelles (1990);

Durante os 40 anos que vigorou a constituição de 1891 não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos “seus” distritos de influência como se o distrito fosse propriedade particular. (MEIRELLES, 1990, p. 39-40).

Fato concreto e observável, atribuído ao cenário truculento da conjuntura política brasileira. Aplicada aos municípios, essa ideia reforça a narrativa da retirada da comarca de Cuité para Picuhy (Picuí). Segundo Cavalcanti (2019, p.23): “o rebaixamento de Cuité a vila da comarca de Picuí se deu em virtude da disputa entre membros das famílias Venâncio dos Santos e da Costa Pereira”, importantes figuras pertencentes à elite na localidade, esse episódio por sua vez, reforça a narrativa do mandonismo, das rivalidades e perseguições políticas nesse momento do Brasil, sendo assim, Cuité perde sua comarca em 29 de outubro de 1904:

O Sr. Fontino Lordão, então deputado da facção governista a despeito dos membros do partido contrário e a fim de contentar as aspirações dos seus amigos que em parte residiam em Picuí, tomou a resolução de transferir a Comarca de Cuité, com o propósito também de contrariar os



que estavam ao lado do Cap. João Venâncio dos Santos, ao mesmo tempo em que satisfaziam os desejos da outra facção política de Cuité. (...). (CAVALCANTI, 2019, p. 23; apud VENÂNCIO, 2010, p. 20).

A partir de 1911, a localidade subordina-se a Picuhy sob a denominação de distrito, com a designação de *Serra do Cuité*, sendo somente desmembrada pelos idos de 1936, quando da sua emancipação política por força da lei estadual nº 99 de 18 de dezembro de 1936, concretizando-se em 25 de janeiro de 1937, (MOBRAL, 1985, p. 37-38) ao qual abrigava também o distrito de Barra de Santa Rosa, que recebe sua emancipação política no ano de 1959, elevando-se a categoria de município.

Em 1937, as configurações relativas aos municípios deram-se por força da constituição outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas, quando da implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, com características governamentais essencialmente ditatoriais, a dinâmica dessa administração é desenvolvida a partir de interventores nomeados para governar Estados e conseqüentemente municípios. Nesse sentido a caracterização e administração dos municípios para o contexto nas localidades interioranas é estabelecido por determinação desses interventores, fato que se estenderá até a deposição de Vargas, no ano de 1945.

Sendo assim, durante essa longa história político-administrativa brasileira marcada por continuidades e discontinuidades, mudanças estruturais e administrativas, império e república, os Estados e municípios se veem atravessados por conceitos como, progresso e modernização, que se apresentam como essenciais para analisar um período de relativas transformações que impactaram diretamente a vida de um povo.

Signos e conceitos identificados nas trajetórias de Estados e municípios, que se entrelaçam em meio às transformações imputadas a partir de decisões administrativas percebidas como essenciais para se alcançar um ideal de progresso desejado, evolução sobretudo que poderá ser observada em pequenas localidades interioranas, como a Cuité das primeiras décadas do século XX.

### 3.1 CUITÉ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

Sidney Chalhoub, quando da escrita de seu livro *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial* (1996) lançam luz sobre questões relativas à proliferação de endemias e epidemias no Rio de Janeiro, evidenciando os espaços urbanos habitados pela população mais pobre, sobretudo no que diz respeito aos cortiços e estalagens, onde parcela de habitantes negros e pobres conviviam.

Chalhoub apresenta as intervenções urbanas que ocorrem a partir do ano de 1893, as quais foram sendo realizadas no Rio de Janeiro de forma bastante violenta pelo então prefeito Barata Ribeiro, que prometia dar cabo dos cortiços e instaurar uma cartografia mais salubre no que diz respeito à cidade e seus espaços, inspirado nos modelos europeus da Londres e Paris, tidos sinônimos de modernidade, cultura e civilidade.

Da mesma forma, Pereira Passos, em seu mandato de prefeito (1902-1906) nomeado pelo então presidente do Brasil, Rodrigues Alves, dá continuidade a esse projeto modernizador no Rio de Janeiro, seguindo a mesma linha de Barata Ribeiro para a cidade e sua cartografia urbana. Pereira Passos promove o alargamento das avenidas do Rio de Janeiro, sobretudo botando abaixo espaços tidos como

insalubres, pelos quais eram vistos como sinônimos de retrocesso, insegurança e decadência.

Dentro desse espectro modernizador de Barata Ribeiro e Pereira Passos, que paira dentro do Rio de Janeiro, está o discurso modernizador, que dá ênfase a pauta higienista tão discutida pelos médicos e cientistas, discursos aos quais tinham a intenção de promover o distanciamento de hábitos vistos como bárbaros, e que não condizem com os moldes europeus. Tais pautas modernizantes não se limitaram a promover o combate à insalubridade, mas imputar também regulações para o convívio social, relações entre os diferentes indivíduos e suas atividades na urbe, de modo que a segurança esteja mais bem garantida.

Dito isto, é preciso entender que este espectro organizacional não se restringiu aos grandes centros urbanos como a cidade do Rio de Janeiro, estas ideias e ações do poder público republicano paulatinamente irradiavam pelo território brasileiro através das administrações locais, chegando até as povoações mais distantes dos grandes centros populacionais, caso como os de municípios interioranos, e aqui lançamos luz a Cuité, na Paraíba, daquele contexto.

Em termos de possibilidades, como dito, podemos observar e pensar como se deu a organização urbana através da legislação local e de como era importante legislar no começo do século XX, contexto da primeira república, as maneiras pelas quais os administradores, prefeitos e vereadores exerciam formas de controle dos espaços e das dinâmicas organizacionais ditadas à população.

Medidas coletivas que se baseiam em modelos que datam do império e que demonstram preocupações com a segurança e salubridade pública, através da regulação do espaço urbano e rural, da produção e comercialização de produtos, ou mesmo da regulação da propriedade privada e produção agropecuária local.

Lançamo-nos aqui para o então distrito da Serra do Cuité, espaço ao qual estamos nos remetendo, onde encontramos decretos e posturas que foram sendo inseridas dentro do espaço urbano, a saber, questões relativas à (in)salubridade que demonstram preocupações por parte da administração, visando maiores hábitos de higiene coletiva e segurança.

Ao consultar o *Código de Posturas Municipais da Villa do Picuhy*, que data do ano de 1908, encontramos artigos que dizem muito a respeito dessa preocupação com a higiene e a segurança nos espaços públicos. O Art. 25, (s/p) por exemplo, proíbe que seja jogado lixo nas ruas, becos, travessas e lugares próximos ao trânsito público; já o Art. 31, (s/p) proíbe na vila e povoações ter-se depósitos de couros, salgadeiras ou oficinas de qualquer natureza que prejudiquem a salubridade pública.

Num indicativo forte das marcas deixadas pelas experiências coletivas relacionadas ao controle das epidemias como a da febre amarela, que, segundo Serioja Mariano e Nayana Mariano (2012) afetaram até o presidente da província da Paraíba na década de 1850, que por sua vez, fala sobre isso em seu relatório à assembleia; no qual, as autoras afirmam que ele:

[...] lamentava a situação precária da saúde e higiene, inclusive cita o caso de como **as ruas e becos da capital estavam sujos com lixo**, portanto, **naquele momento, tornava-se urgente a limpeza da cidade e das residências para combater o hóspede indesejável**. (2012, p.2) negrito nosso

Nesse sentido, a experiência do período imperial com os surtos de doenças que eram atribuídas aos modos de lidar com os dejetos nas cidades, relegou à república a instauração de uma legislação higienista como forma de prevenção. De

modo que a limpeza da cidade através da proibição da prática de jogar lixo nas ruas, e também da proibição das atividades de manejo do couro em vias públicas, expressa uma preocupação fundamentada nos costumes locais e na experiência histórica do alastramento de doenças a eles atribuídas como a febre amarela e a cólera (MARIANO & MARIANO, 2012).

Por sua vez, os artigos 32, 78 e 41 (s/p) do referido *Código de Posturas Municipais*, determinam expressamente a proibição da criação de porcos no perímetro urbano, em quintais e chiqueiros, advertindo que, os que forem pegos soltos serão apanhados e mortos imediatamente; regulamentam a criação de porcos em zonas rurais, orientando os responsáveis a “vigia-los de modo que não infectem as bebidas dos gados” (1908, s/p); e proíbem a circulação de cães soltos nas ruas. O que pode ser lido como uma extensão dos cuidados com a higiene dos espaços e dos bens de consumo, como as carnes dos porcos e do gado.

A partir destes artigos podemos pensar que, se eles estão ali não estão de forma desnecessária ou arbitrária, se foram publicados e entraram em vigor a partir de 1908 eles têm uma função aparente, um motivo, são medidas saneadoras que se configuram em prol de um ambiente salubre, para evitar ao máximo que doenças como as supracitadas, se proliferassem.

Miriam Dolhnikoff, quando da escrita de seu livro *História do Brasil Império* (2019) atribui que a medicina desse contexto se esforça por **combater costumes populares insalubres**, diligência, diga-se de passagem, empenhada na luta contra superstições e ignorâncias, sobretudo quando nos propomos a pensar localmente esses costumes em pequenas povoações, como o de curtir couro, salgar carnes, jogar lixo e criar animais soltos em feiras e vias públicas.

Uma preocupação por parte da administração imperial a todo o território brasileiro a fim de evitar surtos de endemias e epidemias que se propagavam com facilidade.

A medicina, nesse sentido, se empenhava em refletir modelos europeus e aplicar medidas de higienização dos espaços e dos indivíduos, através da máquina administrativa. A ciência se dedicava então ao combate daquilo que considerava como arcaísmos que estavam enraizados no cotidiano da população, costumes insalubres que, nas palavras da autora, necessitam de uma “revolução cultural”:

[...] **Os médicos brasileiros** [...] defendiam uma verdadeira revolução cultural ao **propor uma série de mudanças nos hábitos e no cotidiano**. Criticavam a permanência de lixo nas ruas, a falta de escoamento da água, os hábitos alimentares, a falta de higiene pessoal. (DOLHNIKOFF, 2019, p. 77) **negrito nosso**

Pensem então essa legislação, quando diz respeito à proibição do trato do couro, e de salgadeiras que trabalhavam essa carne para ser comercializada em espaços públicos, considerando seu armazenamento e a insalubridade dos lugares e processos pelos quais essa carne passaria, sem um armazenamento adequado, e, sobretudo, em um ambiente povoado por moscas, insetos ou mesmo ratos.

Estas e outras questões de ordem sanitária causaram preocupação aos médicos e gestores desde o século XIX. De modo que estes indivíduos, ao longo do tempo, aprimoraram as formas de controle de qualidade desse tipo de produto, incluindo a higiene dos espaços e procedimentos, necessitando que houvesse proibições relativas a essas práticas dentro das vilas e povoações do município.

Pensando nesse sentido da (in)salubridade, a incidência de doenças infecciosas era comum em tempos nos quais a atenção pela saúde, e a

preocupação com a higiene tal como nós o fazemos atualmente, eram mínimos ou inexistentes, dadas as condições culturais da experiência coletiva no Brasil imperial.

Fato importante para uma modificação drástica nos costumes na direção da higienização como forma de prevenção do adoecimento, é que a ciência no período da transição entre os séculos a que nos referimos, era inserida no território através de instituições de ensino superior em diálogo com membros da administração pública, a saber, através das políticas higienistas.

Portanto, é de se pensar que doenças como a cólera, febre tifoide, hepatite, giardíase, doenças ligadas a água, etc. fossem comuns e que de fato ceifaram muitas vidas, antes que outras formas de pensar a respeito delas entrassem em ação; evidenciando-as assim:

“não apenas como um fenômeno natural, mas, especialmente, **como uma construção social**, uma representação **permeada de valores e práticas que revelam, também, uma determinada cultura política**”.  
(MARIANO & MARIANO, 2012, p.7) **negrito nosso**

Outra questão importante e pertinente continua sendo relativa à legislação que versa sobre a segurança, não em termos de salubridade, mas em termos de segurança física da coletividade. É o caso do Art. 40, que diz: “É proibido ter-se fábrica e fogos artificiais/depósitos de substâncias inflamáveis no perímetro urbano da vila e povoações”. (1908, s/p)

Dentro dessa narrativa identificada na legislação, em prol de um esforço pela modernização dos ambientes e espaços urbanos da cidade através da higienização dos mesmos, de seus usos e dos costumes da população, e mesmo do deslocamento de atividades produtivas para fora dos centros urbanos como forma de precaver-se de possíveis incêndios, observamos uma carga de experiência e memória relativas ao período imperial que toca diversos aspectos do cotidiano, alguns deles dizem respeito ao comércio e suas formas de organização.

Nesse sentido, encontramos leis que expressavam um ideário civilizacional, especialmente em favor da expansão capitalista, direcionando-se ao comércio popular através da regulamentação das feiras e mercados públicos. De modo a obter maior controle sobre os espaços e sobre as práticas de negociação de bens, as rotinas de fiscalização são especificadas, assim como o conjunto de normativas às quais os negociantes deveriam obedecer, é ampliado.

As razões disso se encontram também na experiência imperial e está na raiz de conflitos como o Quebra-Quilos. Que se desencadeou em meados dos anos de 1874, se aflorou em virtude da determinação do imperador D. Pedro II, quando adotou sistema métrico decimal francês, que instituiu balanças, pesos e medidas em todo o império brasileiro.

Essa resolução foi mais um dos motivos de insatisfação popular naquele período, e junto com o medo provocado pelos rumores da possibilidade de uma reescravização das camadas pobres da população, reverberou negativamente em várias feiras da Paraíba, cujos focos de revolta se concentraram em Campina Grande e localidades vizinhas.

Geraldo Irineu Joffily em seu livro intitulado *O quebra-quilo: a revolta dos matutos contra os doutores (1874)*, afirma que: “na Paraíba, quase ao mesmo tempo, surgiram tumultos nas feiras de Alagoa Grande, Guarabira, Areia, Araruna, Ingá, Fagundes, Campina Grande e Alagoa Nova” (1977, p.11). Essas revoltas contra o sistema métrico de pesos e medidas ocasionaram, sem dúvidas, conflitos

entre o poder imperial e as classes trabalhadoras que realizam atividades comerciais frequentes e informais.

Porém, essa determinação que instituiu a padronização das medidas no comércio em prol de uma modernização dos costumes sob as negociações foi adotada em todo o território. Mesmo que para isso a força da lei fosse acionada através da fiscalização constante.

Na Cuité do império esse movimento de revolta é percebido e sentido em 1875, num episódio sobre o qual, o Padre Luiz Santiago de Moura fala:

A sanha do quebra-quilos veio também a afetar o espirito da revolta desta velha Comarca com alguns prejuízos. [...] Arrebataram pesos e medidas do sistema decimal e até o arquivo público passou pela sorte de ser rasgado em plena praça. O governo mandou apurar o caso, instaurando inquérito. (MOURA, 1936, p. 11-12).

Quando buscamos entender essa revolta, sobretudo em pequenas povoações produtoras, devemos perceber que para além de uma manifestação conjunta de localidades e indivíduos contra um sistema métrico desconhecido, há fatores ímpares que se voltam para a própria sobrevivência de uma população pobre, já que o Nordeste sofre suas próprias necessidades, como advoga Maria Verónica Secreto (2001):

Em sociedades de abundância relativa, as medidas são muito importantes, mas esta aumenta quando a escassez se torna característica predominante ou periódica de uma sociedade, como acontece no Nordeste como consequência das crises agrárias provocadas pelas secas. (SECRETO, 2001, p.9).

O Padre Luiz Santiago de Moura (1936) reafirma as dificuldades geográficas enfrentadas quando discorre sobre calamidades ocasionadas pela fome em Cuité, quando diz: *“O governo imperial manda socorros públicos aos cuiteenses na calamidade de 1888 e 1889”*:

[...] tempo em que as secas nordestinas trucidavam pela fome esse povo, apiedando-se da miséria, levou o fato ao conhecimento dos poderes públicos, que não se fizeram esperar com socorros, enviando cem sacos de farinha e seis contos de reis (6:000\$000), os quais foram distribuídos e aplicados em obras de caráter público do município. (MOURA, 1936, p. 9-10).

Contudo, vemos em seguida, que esses aspectos de modernização que vem do império para a república, podem ser observados na legislação de pequenos municípios e povoações, a exemplo, aplicado à Cuité. Nesse caso encontramos legislação que diz respeito a um esforço pela padronização do comércio no que se refere aos pesos e medidas. Encontramos, no início do século XX, leis que ditam as formas pelas quais os mercados devem agir e se regular, a exemplo do artigo 58, que proíbe o uso de balanças com braços de madeira e elos que não sejam de metal; e do artigo 61 que afirma que os comerciantes que se recusarem a apresentar suas balanças, pesos e medidas para aferição sofrerão multa de 10\$000 rs. e o dobro na reincidência. Acompanhados do artigo 63, que diz que “todo

estabelecimento público é obrigado a ter pesos e medidas para a natureza do negócio” (1908, s/p).

Essas determinações, contidas no *Código de Posturas Municipais da Villa do Picuhy* (1908) demonstram que as preocupações com as dinâmicas comerciais que datam desde o império chegam à experiência republicana se constituindo como elemento de modernização, aproximando-se nisso, da legislação que reflete a tendência dos discursos médicos higienistas. Observemos que, quando se trata da aplicabilidade dessas medidas a uma população predominantemente pobre e rural ela é sobrecarregada por consequências, como a aplicação de multas as quais buscam inibir a população de desobedecê-las.

Para concluir, nos remetemos agora à legislação que diz respeito às propriedades privadas, característica essencial no que se refere as fronteiras e domínios fundiários no começo do século XX em Cuité, localidade a qual, como observado, faz fronteira com o estado do Rio Grande do Norte, e que requer uma atenção ímpar sob o controle das terras. Essa legislação, consultada a partir do referido Código de posturas municipais atribui artigos de lei que visam regular a propriedade privada na localidade.

Entre o final do século XIX e o início do século XX as terras pertencentes a localidade são separadas por um cerco em pedra, concluído em 1891 (MOURA, p.10), sua região de topo é destinada exclusivamente para a agricultura em virtude da fertilidade, já as terras mais baixas à serra são designadas a criação do gado. Sendo assim, podemos observar o que resta desse cerco através de fotografia do ano de 2015, registrada pelo geógrafo Jônatas Rodrigues Pereira.

**Imagem 1:** Resquícios de cerco em pedra que circunda a serra.



**Fonte:** Jônatas Rodrigues Pereira (Acervo: Facebook, 2015).

Nesse sentido, era necessário legislar como forma de controle sobre o topo desta serra para que não houvesse o trânsito do gado em terras cultiváveis, destinadas à agricultura e nem através da fronteira com o Estado vizinho. Sobre isso observamos uma série de artigos na legislação.

O artigo 67 (s/p) determinava a proibição da conservação e criação de gado de qualquer espécie na localidade; e o artigo 70 (s/p), proibia a circulação de grandes quantidades de animais menores como porcos e cabras na área, neste último a circulação limitava-se ao número de três por proprietário, sendo necessário conservá-las em local seguro para que não transitassem em solo destinado a agricultura.

No ano de 1920 é realizado também recenseamento das propriedades rurais das vilas e povoações das localidades as quais estavam submetidas à Picuí naquele contexto, sobre isso podemos considerar e interpretar que esse censo acontece em virtude de um esforço organizacional por parte do governo republicano, para estudo e também esforço demarcatório das terras privadas, característica importante quando diz respeito a uma localidade que tem direção fronteira, a qual necessita estabelecer limites territoriais e, sobretudo definir o pertencimento do patrimônio fundiário.

Esse recenseamento “indicava o nome do município em que estava localizado o imóvel rural, o nome do imóvel e o de seu proprietário” (CAVALCANTI, 2019, p. 39), esse trabalho constitui-se como traço positivo na experiência republicana, à medida que se configurava como elemento fundamental na identificação de localidades que necessitam de maiores ou menores recursos e investimentos para o desenvolvimento de políticas públicas e de amparo à população, são signos de um progresso desejado, que emergem nas tímidas relações do modelo republicano.

#### 4 RITMOS DE MUDANÇA, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA: COSTUMES E CULTURA NO ENTRE-SÉCULOS

Por fim, como foi possível observar ao longo do texto, vimos que no decorrer das décadas houve vários elementos que acarretaram mudanças na dinâmica urbana da Cuité do contexto do início do século XX, transformações no espaço, carregados de signos de modernização por um desejado anseio pelo progresso, elementos buscados e valorizados nos grandes centros populacionais, espelhados em moldes estrangeiros, e que chegam às pequenas localidades colidindo com os costumes de uma população pacata e interiorana.

Esse anseio pela transformação urbana é posto em prática, sobretudo pela máquina administrativa que normatiza e determina como se dará as formas de viver no território e nos espaços urbanos. Essa transformação é experienciada com mais força nos grandes centros urbanos, a exemplo o Rio de Janeiro, onde observamos uma série de imposições administrativas para inaugurar um novo cenário civilizacional, percebido como necessário para se afastar de um passado ligado aos signos do atraso.

No decorrer das décadas a localidade interiorana de Cuité, na Paraíba, passou por uma série de transformações consideráveis, que implicaram em significações no tempo e no espaço que se registram na História, sobretudo a partir de legislação específica que regulamenta as dinâmicas organizacionais visando o progresso da região.

É importante enfatizar que durante o decorrer das primeiras décadas do século XX, a Primeira República era permeada por desigualdades nessa experiência republicana, sobretudo nos cenários eleitorais interioranos, onde prevalecia o

mandonismo e o coronelismo, aos quais ditavam as dinâmicas dos municípios, distritos e povoações, mandos e desmandos, refletidos especialmente nas legislações, como observamos ao longo do texto, essa conjuntura então, só começa a se alterar a partir da década de 1930 com o movimento revolucionário.

Os costumes na região, como vimos, são impactados no instante em que novas determinações são implementadas e vistas como necessárias para um melhor convívio nos espaços habitados, nesse quadro, percebemos que é válido destacar que muitas dessas mudanças pelo progresso são mal vistas pela população, especialmente as que pertencem às classes trabalhadoras, fato que culmina em movimentos de revolta contra tais determinações.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na escrita desse texto, no que diz respeito à consulta de fontes documentais, que se remetem ao período trabalhado, creio que atingimos uma discussão pertinente, a qual envolve elementos necessários para descrever da melhor forma possível o ordenamento e a constituição da territorialidade na localidade, buscando elencar elementos que dizem respeito aos signos de modernidade, modernização e progresso que atravessam as fronteiras continentais na transição do Império à República.

Percebemos então, através da realização desse trabalho, que existem variadas formas de se observar e explorar as dinâmicas dos impactos que trazem os signos do progresso nas mais diferentes localidades que pertencem ao interior dos Estados, e de que há a possibilidade de se expandir as análises dessas perspectivas para outras localidades no sentido de reconstituir essas dinâmicas organizacionais suas particularidades e peculiaridades.

Para a localidade de Cuité pensamos ainda em realizar pesquisas em arquivos pertencentes aos fundos do município de Picuí, (que era a localidade que legislava a povoação do Cuité naquele contexto), onde poderíamos ter encontrado mais fontes documentais que ajudariam a descrever a cidade no contexto do século XX, porém em virtude da pandemia e da distância para o deslocamento, essa possibilidade foi deixada para o futuro, uma perspectiva percebida como viável para aprofundamento em um momento posterior.

Sendo assim, essa pesquisa significou-se prazerosa enquanto elemento de investigação, pois visa contribuir com a historiografia local e suas múltiplas produções realizadas pela comunidade acadêmica, tendo como alvo qualquer um que queira se debruçar no sabor da produção da História Local.



## REFERÊNCIAS

**Actos dos Poderes Municipaes.** Collecção dos Orçamentos para 1933. Actos dos poderes municipaes. Off. João Pessoa. 1933. nº 722.

**Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA. Geo Portal.** Disponível em:

<http://geoserver.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/index.php> Acesso em: 02 de fev de 2022.

ALMANAK do Estado da Parahyba - 1898. Parahyba do Norte: Oficinas de Jayme Seixas & C<sup>a</sup>.

BARROSO, Luiz Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira.** / Luiz Roberto Barroso. – 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BRAZIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. **Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado da Parahyba.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística. 1928.

CAVALCANTI, Valesca Marques. **Família, política e propriedade fundiária: os dilemas da herança entre membros da elite no município de Cuité (PB).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** / Sidney Chalhoub. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**Código de Posturas Municipaes da Villa do Picuhy.** Aprovado em Sessão de 10 de agosto de 1908. Imprensa Oficial: Parahyba do Norte. 1908.

CORRÊA, Antonio Carlos de Barros; TAVARES, Bruno de Azevêdo Cavalcanti; MONTEIRO, Kleython de Araújo; CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza; LIRA, Daniel Rodrigues de. Megamorfologia e morfoestrutura do Planalto de Borborema. **Revista do Instituto Geológico.** v. 31 n. 1-2 (2010). Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0100-929X.20100003>. Acesso em: 01 de fev. de 2022.

COSTA, R. M. (1989). **O Capa Verde: transformações econômicas e interesses de classe no Curimataú paraibano.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFPB, 1989.

DANTAS, Virgínia Kelly de Sousa Cândido. **Síndrome de Berardinelli: territorialidade e imaginário.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, RN, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18893/1/VirginiaKSCD.pdf> Acesso em 3 de fev. de 2022.

DIAS, Renato da Silva. Lugares de fronteira: espaço territorial, simbólico e identitário – um ensaio. **Temporalidades**. v. 3 n. 1 (2011): Edição 05. Belo Horizonte, Vol. 3, n.1 (jan./ jul. 2011). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/319> Acesso em: 01 de fev. de 2022.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**/ Miriam Dolhnikoff. -1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019. 176p. (Coleção história na universidade).

ESTADO DA PARAHYBA. Actos dos Poderes Legislativo e Executivo. **Collecção de Leis e Decretos de 1904**. Parahyba: Imprensa Oficial.

GOMES, Iordan Queiroz. SANTOS, Luiz Carlos dos. Sensibilidades modernas: As cidades e os desejos do moderno. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890903\\_ARQUIVO\\_Sensibilidadesmodernas-cidades.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890903_ARQUIVO_Sensibilidadesmodernas-cidades.pdf) Acesso em: 22 de fev. de 2022.

GOMES, Iordan Queiroz. **Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)**. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2012. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2522>. Acesso em 10 de dez. de 2021.

**Google Earth**. Cuité (PB). Disponível em: <https://goo.gl/maps/Ar8VfHczKWBMiSEP9>. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

GOVERNO DA PARAÍBA. Prefeitura Municipal de Picuí. **Decreto-Lei Nº 3, de 27 de outubro de 1940**. Imprensa Oficial: João Pessoa. 1941.

**Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: jan. de 2022.

**Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE**. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuite/panorama\\_](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuite/panorama_) Acesso em: 12 de fev. de 2022.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilos. A revolta dos matutos contra os doutores - 1874**. Thesaurus, Brasília, 1977.

MACHADO. Charliton José dos Santos. **Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida** / Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes, Juliana Aparecida Lemos Lacet. – 1. ed – Fortaleza, CE: EdUECE, 2021.

MARIANO, Serioja & MARIANO, R. C Nayana. O medo anunciado: A febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Revista de História e Estudos Culturais Fênix**, v. 9, p. 1-20, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/415/389>. Acesso em 01 de março. de 2022.

MARQUES, Crisólito da Silva. **Memórias e Identidades: A Festa Das Mercês No Município De Cuité (PB) - Transformações e Desafios**. Trabalho de Especialização (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

MEDEIROS, J. R. Coriolano de. **Cuité**. In:\_\_\_\_\_ Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. Ed. 4. Reimpressão Fac Similar da edição de 1950. João Pessoa: IFPB. 2016. Disponível em:

<http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/10#:~:text=O%20Dicion%C3%A1rio%20Corogr%C3%A1fico%20foi%2C%20pois,publicado%20por%20Coriolano%20de%20Medeiros.&text=Ali%20ele%20relaciona%20dezoito%20pessoas,um%20esfor%C3%A7o%20extenuante%20do%20autor.>

MEDEIROS, J. R. Coriolano de. **Gabinete de Estudos de Geografia e História de Paraíba**. João Pessoa, 27 de nov. 1931. Ano 1. nº 2. Acesso em: 20 de fev. de 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 16. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

MOBRAL. **Livro do Município de Cuité**. Movimento Brasileiro de Alfabetização – João Pessoa, Gráfica. 1985.

MOURA, Luiz Santiago de. **Serra de Cuité: Sua história, Seus progressos, Suas possibilidades**. Paraíba – dezembro de 1936.

NASCIMENTO, Maria José dos Santos. **A dinâmica socioespacial da feira de Cuité/PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

OLIVEIRA, Diogo Ramon Fonseca de. **As Luzes do progresso: a energia elétrica em Cuité-PB (1950-1975)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). – UFCG. Campina Grande, 2014.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, 15(2) 2001. Disponível em:

[https://www.academia.edu/8023295/CULTURA\\_E\\_MODERNIDADE\\_NO\\_BRASIL](https://www.academia.edu/8023295/CULTURA_E_MODERNIDADE_NO_BRASIL)

**Oxford Languages**. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> Acesso em 10 de fev. de 2022.

**Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiros - PSILB**. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

SANTOS, Alyne Érika Américo dos. Quando mercês transformam-se em terras: a política de privilégios da Coroa portuguesa e o caso do 1º Conde de Alvor na capitania da Paraíba (séc. XVIII). **XVII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB**, 2016, Guarabira. XVII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB - Caderno de programação e resumos, 2016. p. 464-472. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3393/2712>. Acesso em: 11 de dez. de 2021.

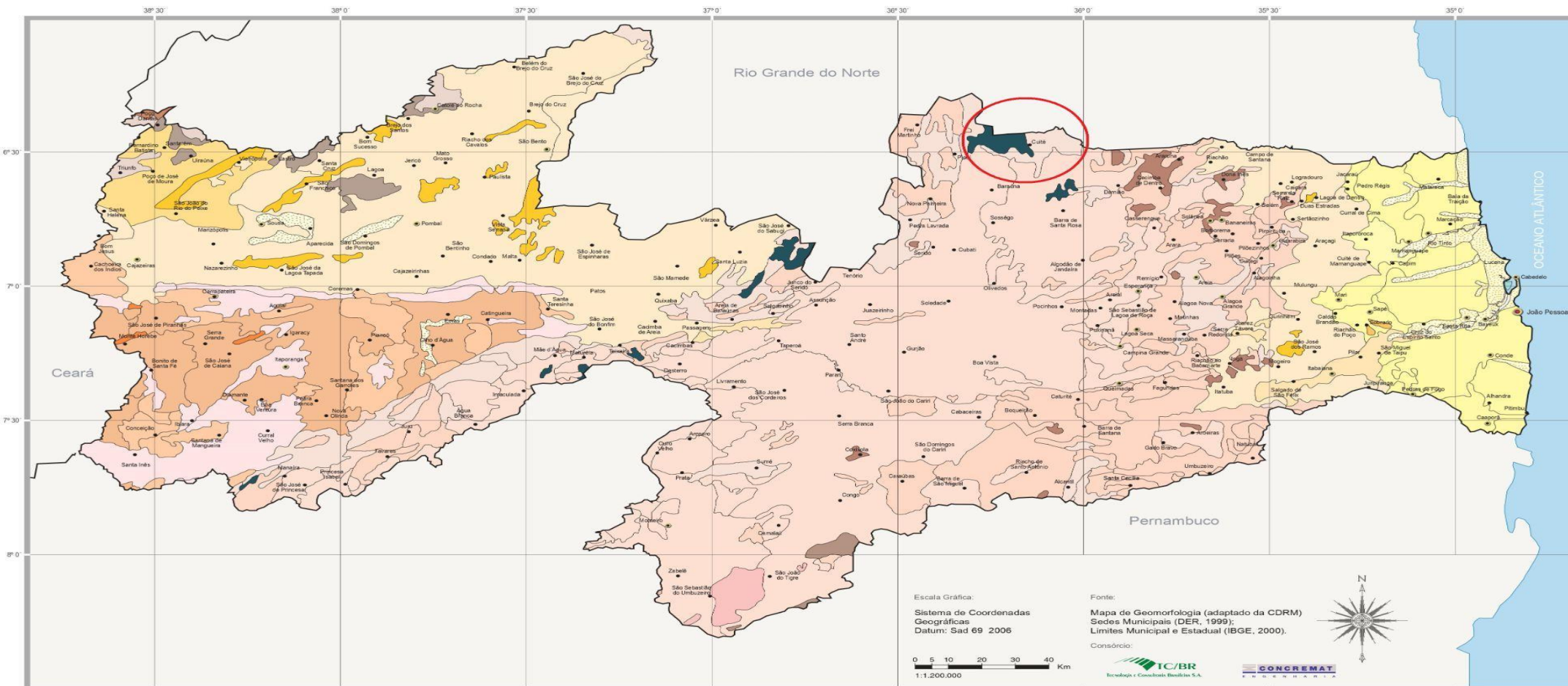
SECRETO, Maria Verónica. Sem Medida: Revoltas no Nordeste Contra as Medições Imperiais. **Segundo Congresso Nacional de História Económica “La História**

**Económica hoy, entre la Economía y la Historia”, a celebrarse en la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad Universitaria, D.F., del 27 al 29 de octubre de 2004. Disponible em:**  
<http://herzog.economia.unam.mx/amhe/memoria/simposio15/Maria%20Veronica%20SECRETO.pdf>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

TAVARES, Joao de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989.

# ANEXOS

## ANEXO A - MAPA DA GEOMORFOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM DETALHE INDICANDO O MUNICÍPIO DE CUITÉ



Governo do Estado da Paraíba  
 Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA  
 Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA

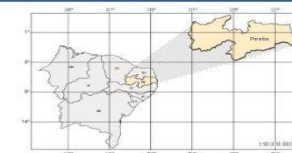
**GEOMORFOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
 ATLAS DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DA PARAÍBA 10

Convenções Cartográficas:

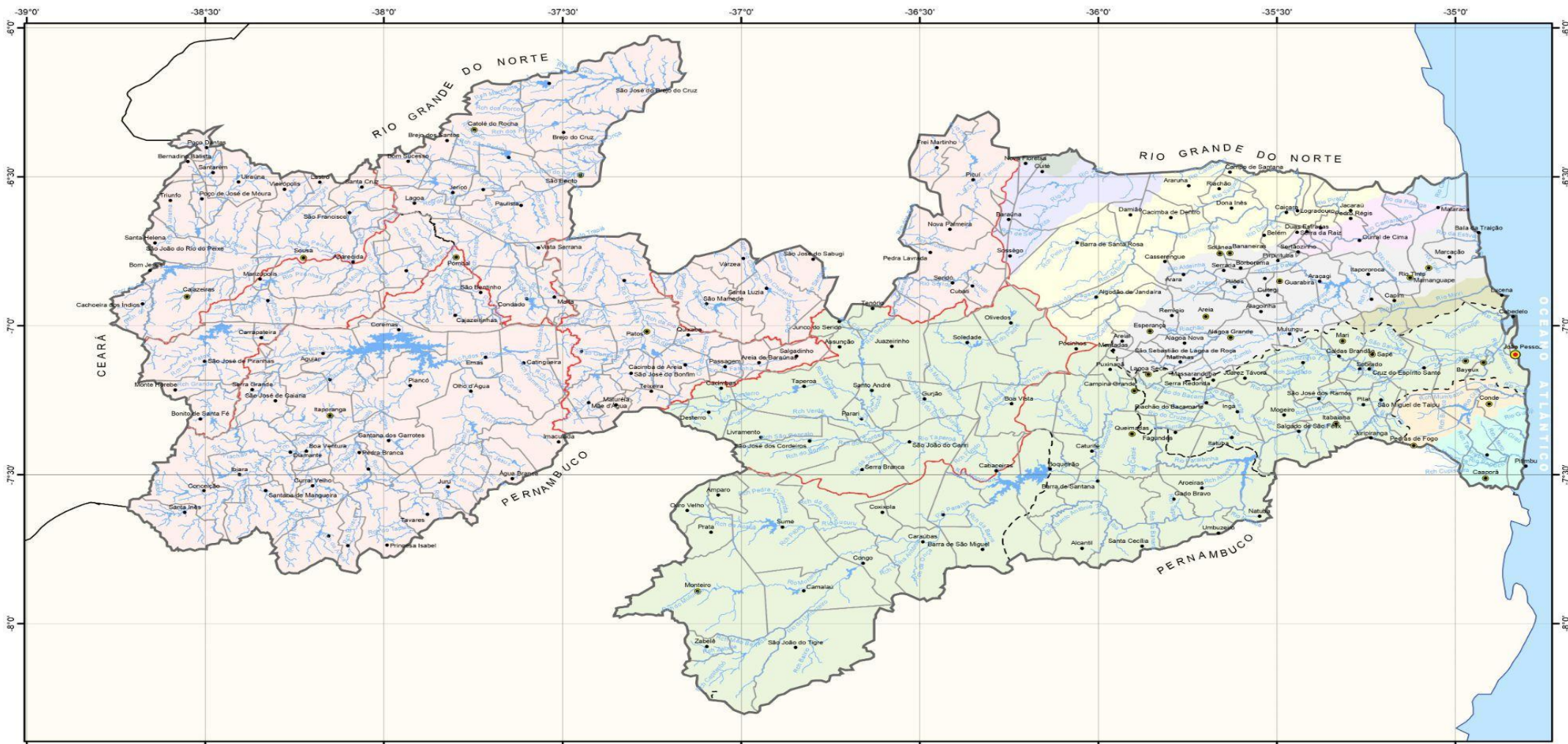
- Capital do Estado
- Cidades > ou = 20.000 hab.
- Outras Cidades
- Limite Estadual

Características Geomorfológicas:

- |  |  |  |
|--|--|--|
| Depressão sertaneja com formas aguçadas        | Planalto da borborema com formas tabulares           | Planaltos residuais com formas aguçadas        |
| Depressão sertaneja com formas convexas        | Planalto da borborema com maciços setentrionais      | Planaltos residuais com formas tabulares       |
| Depressão sertaneja com formas tabulares       | Planalto da borborema com superfície pediplanada     | Planaltos residuais com superfície pediplanada |
| Depressão sertaneja com superfície erosiva     | Planalto da borborema com superfície tabular erosiva | Planície Fluvial                               |
| Depressão sertaneja com superfície pediplanada | Planalto sertanejo com formas aguçadas               | Planície fluviomarina                          |
| Planalto da Borborema com superfície erosiva   | Planalto sertanejo com formas convexas               | Planície marinha                               |
| Planalto da borborema com formas aguçadas      | Planalto sertanejo com formas tabulares              | Tabuleiros costeiros com formas convexas       |
| Planalto da borborema com formas convexas      | Planalto sertanejo com superfície tabular erosiva    | Tabuleiros costeiros com formas tabulares      |



## ANEXO B - MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DA PARAÍBA



GOVERNO DA PARAÍBA  
 Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia  
 Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

### BACIAS HIDROGRÁFICAS

#### Convenções Cartográficas:

- Capital do Estado
- Cidades > ou = 20.000 hab.
- Outras Cidades
- Açude
- Curso d'Água
- Limite Municipal
- Limite Estadual

- |            |            |
|------------|------------|
| Abial      | Guaju      |
| Camaratuba | Jacu       |
| Curimatá   | Mamanguape |
| Gramame    | Miriri     |
| Paraíba    | Piranhas   |
| Trairi     |            |

- Regiões**
- Sub\_Bacias

Escala: 1:1.200.000

Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: Sad 69  
 2009

**Fonte:**  
 Hidrografia (Adaptada da SUDENE, 1970 e Imagens de Satélite LANDSAT 7, 2000 e 2001);  
 Sedes Municipais (DER, 1999);  
 Limite Estadual (IBGE, 2000);



## AGRADECIMENTOS

É significativo pra mim, escrever a respeito da cidade de Cuité-PB, já que lá cresci e me tornei quem sou. Para mim, esta localidade é um lugar de memórias profundas, únicas e especiais, nas quais figuram seu entorno, seus espaços públicos e suas paisagens, urbana e rural. É meu lugar no mundo em que me sinto seguro e feliz e agradeço a vida por essa simplicidade.

Quero agradecer a minha família, à minha mãe, Maria Itamaria, por sempre me apoiar em todas as minhas decisões, minha rainha, aos meus avós maternos, Maria Aparecida e Ernesto Francisco, luzes da minha vida que sempre me apoiaram e priorizaram meus estudos acima de qualquer circunstância ou situação, e a Camila por todo companheirismo desde o início da graduação, amo vocês, obrigado.

Agradeço imensamente a minha magnífica orientadora, Profa. Ma. Deise Silva Sousa, por todo o apoio e ajuda na elaboração desse trabalho de conclusão de curso, por toda a paciência, empatia, profissionalismo e dedicação, a senhora foi, sem dúvidas, uma das melhores professoras que eu tive o prazer de conhecer dentro da UEPB, muito obrigado, não canso de lhe agradecer, me sinto muito feliz por ser seu orientando, e que um dia eu possa ser tão inteligente quando a senhora é.

Agradeço a banca examinadora, na pessoa da Profa Ma. Márcia de Albuquerque Alves, a qual tenho imenso carinho, e ao Prof. Dr. Lucian Souza da Silva, obrigado por aceitarem compor essa banca, e contribuírem com a aprimoração deste trabalho.

Agradeço aos melhores amigos que tive o prazer de conhecer durante a graduação, e que se tornaram os melhores dentro e fora dos corredores da universidade, à Angélica Nóbrega, Beatriz Nathany, Ewerton Rafael e Mylena Magalhães, meus eternos companheiros de seminários, trabalho, brigas e infinitas conversas. Com vocês a graduação se tornou mais leve, prazerosa e menos desgastante, lembrem-se de sempre batalhar pelos seus sonhos. Vou pra sempre lembrar e amar vocês, e como diz a poetisa Adélia Prado, “o que a memória ama fica eterno”.

As melhores amigas e companheiras de viagem que alguém poderia ter, Manu Dias, Mil de Assis e Lúcia Rodrigues, obrigado pelos risos e pelas longas conversas que tivemos durante as exaustivas viagens de Cuité a Campina Grande, obrigado pelos cafés, lanches e jantares que dividíamos todos os dias ao final das aulas, esses momentos eu nunca irei esquecer, vocês são pessoas especiais de coração enorme, com a amizade de vocês as viagens diárias se tornavam suportáveis. Amo muito vocês.

E por fim, a todos os professores do departamento de História da UEPB, que me ensinaram com profissionalismo e excelência, cada um significativo nessa longa jornada, que é a graduação.